Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

			Expeça - se
☐	**REQUERIMENTO**	Número / (.ª)	Publique - se
X	**PERGUNTA**	Número 23 / XIV (1 .ª)	2019-11-09

O Secretário da Mesa

Sofia Araújo (Assinatura Qualificada)

Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2019.11.09 16:24:16 +00:00 Reason: Location:

Assunto: Requalificação do Tribunal de Arouca e substituição da juíza titular

Destinatário: Ministra da Justiça

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na visita que o Bloco de Esquerda fez ao Tribunal de São João da Madeira, ficamos a conhecer, para além dos problemas das instalações no edifício de São João da Madeira, problemas que se verificam em mais edifícios da mesma Comarca. Desses edifícios foi várias vezes destacado o Tribunal de Arouca pela sua urgente necessidade de ser intervencionado devido a infiltrações, chuva dentro do edifício e a deterioração do mesmo.

A manutenção dos edifícios dos tribunais da Comarca de Aveiro são da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, entidade essa que já foi notificada da situação, mas até ao momento nada fez. Existem 4 edifícios prioritários: no concelho de Ovar, Arouca, o tribunal do trabalho em Oliveira de Azeméis e o tribunal de família e menores, em Aveiro.

Para além das questões estruturais, no Tribunal de Arouca foi aberto um Juízo de Família e Menores. Porém, a juíza titular do Tribunal de Arouca apresentou baixa, causando uma ausência de juiz no Tribunal de Arouca. Como resultado, grande parte dos atos processuais estão a ser adiados para 2020. Pelo que o Bloco de Esquerda sabe foi tentada uma substituição, através da bolsa de juízes, mas tal revelou-se impossível.

O Bloco de Esquerda vem por isso questionar o Ministério da Justiça e propor que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para todos os edifícios prioritários da Comarca de Aveiro de forma a solucionar o problema e garantir rapidamente, através da bolsa de juízes, a substituição temporária da juíza do Tribunal de Arouca. Não podemos aceitar que os espaços continuem em constante degradação e que os seus serviços deixem de funcionar por questões de fácil resolução.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Justiça conhecimento desta situação?
2. Perante a necessidade de requalificar e manter o espaço, vai o Governo interceder junto do IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça) de forma a que sejam desbloqueadas as verbas necessárias para o Tribunal de Arouca?
3. Tendo em conta a necessidade de mais edifícios precisarem de ser intervencionados, que medidas pretende encetar a tutela de forma a garantir essas intervenções?
4. De que forma vai o Governo garantir que a substituição da juíza é conseguida o mais rápido possível?

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2019

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.